



CIARI – Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais

www.ciari.org

AS RELAÇÕES SINO-INDIANAS: ASPECTOS, PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Ana Carina Franco

Licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais (UNL)

Apesar da similaridade de problemas e desafios que ambas enfrentam, a análise das relações bilaterais entre as duas potências continentais da Ásia do Sul e de Leste é ainda claramente insuficiente. Não obstante, têm vindo a desenvolver-se novos estudos na área das relações sino-indianas, que incidem em particular sobre as mudanças ocorridas no diálogo bilateral após os testes nucleares perpetrados pela Índia, em 1998 (Pokhram II). Urge incorporar as diversas possibilidades de evolução dessas relações, seja por via de uma cooperação mais estreita resultante da partilha de um largo leque de interesses comuns, seja através de uma cada vez maior rivalidade geoestratégica patente em questões mais sensíveis, que vão das disputas territoriais na zona fronteiriça à questão da segurança energética.

Mais que uma herança cultural comum, a China e a Índia partilham um processo de criação semelhante. Emergem enquanto Estados-Nação, em meados dos anos 50, através de movimentos de massa de natureza predominantemente socialista ou leninista, nacionalista e anti-imperialista. Hoje são sobretudo os problemas de ordem regional que preocupam ambos os

países e que os conduz a maior consciencialização das suas potencialidades enquanto parceiros ou adversários. Na verdade, partilham o mesmo tipo de desafios, os que passam nomeadamente por crises de identidade nacional e pela existência de movimentos separatistas, comuns a países de tamanha dimensão e com uma manifesta diversidade regional, religiosa, étnica ou linguística. Tais questões de autonomia regional, sobretudo as relativas aos territórios de Cachemira e de Taiwan, vêm aproximando as autoridades indianas e chinesas, dada a percepção que ambas têm daquilo que tomam por interferência da comunidade internacional – com os Estados Unidos em primeiro plano - na resolução de problemas de âmbito claramente nacional.

A Look East Policy Indiana

Enquadradas na sua *Look East Policy*, as relações com a China fazem hoje parte das principais prioridades da política externa indiana, a par das relações com o Japão e o Sudeste Asiático. Concebida no pós-Guerra Fria, esta política representa um esforço por parte da Índia no sentido de uma integração nos processos de regionalização da Ásia Oriental, colocando assim em causa as construções regionais que limitam a Ásia à fronteira ocidental da vizinha Birmânia. A Índia considera ocupar um lugar natural em projectos como a ASEAN, a ASEM ou a APEC e tende portanto a prosseguir na fomentação de laços económicos e estratégicos com a região.

Os seus interesses estratégicos na região do Sudeste Asiático estão igualmente na base da mudança ocorrida na sua doutrina marítima, deixando de encarar como fundamental a defesa da linha de costa junto ao Paquistão para passar a declarar como prioridade estratégica a sua “área de interesse legítima”, isto é, toda a região do Oceano Índico, do Golfo Pérsico ao Estreito de Malaca. Estes planos ambiciosos esbarram precisamente com os da China e as autoridades indianas dão sinais de manifesta preocupação em relação ao aumento da presença chinesa, no Oceano Índico em geral e na Baía de Bengala em particular.

Claramente situada na esfera de influência chinesa, também a Birmânia se apresenta hoje como potencial palco da rivalidade sino-indiana, dada a crescente aproximação da Índia a este país vizinho. A China é aí, desde 1988, a única potência com significativa influência. Agora e após uma década de hesitação, a Índia entra finalmente no jogo, deixando de lado os seus esforços no sentido da restauração da democracia birmanesa e empenhando-se antes numa concertação de âmbito político-militar baseada nos seus interesses estratégicos.

Recentemente durante uma visita oficial a Rangoon, o ministro dos negócios estrangeiros indiano Natwar Singh expressou a vontade do seu governo em estabelecer uma “parceria a longo prazo” com a Birmânia. Esta mudança na atitude de Nova Deli, no sentido de uma política mais pragmática e não-intervencionista, para além de constituir uma forma de procurar contrabalançar o peso da influencia chinesa, relaciona-se, em grande medida, com a necessidade de combater a actividade de grupos insurgentes indianos a operar na Birmânia e de aceder aos recursos energéticos da região e aos vastos mercados do Sudeste Asiático. A Birmânia é, neste sentido, tida como porta de entrada para a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), na medida em que se trata do único país ASEAN a partilhar fronteiras terrestres e marítimas com a Índia.

A Amizade Sino-Paquistanesa

A Índia sempre constituiu parte integrante da “periferia estratégica” que Pequim historicamente procurou controlar, enfraquecer ou manipular diplomaticamente. Parte dessa estratégia passa precisamente pela relação que a RPC mantém ainda com o Paquistão. Considerando a Índia como um potencial competidor estratégico e desejando a diminuição da sua influência na região, Pequim continua a desenvolver esforços no sentido de promover laços com Islamabad. Trata-se de um dos primeiros países a estabelecer laços diplomáticos com a China em 1951, tendo contribuído anos mais tarde, em 1961, para a restauração do estatuto legal deste país nas Nações Unidas.

Neste sentido, procurando manter o Paquistão como forte aliado, nomeadamente como forma de prevenir que grupos islâmicos de origem paquistanesa se tornem activos em Xinjiang, a China têm-lhe prestado uma significativa assistência nuclear clandestina – facto este que tem preocupado sobremaneira a Índia. Esta é uma das questões de mais difícil resolução no âmbito das relações sino-indianas. O relacionamento entre a China e o Paquistão – e mais recentemente com a Birmânia -, torna-se assim essencial para que Nova Deli percebe quão hostil é o seu vizinho chinês.

Contudo, espera-se, de facto, que o apoio da China ao Paquistão se mantenha, mas de forma mais discreta e limitada. Essa limitação teve expressão, por exemplo, no desagrado manifestado por Pequim face à incursão paquistanesa na área Kargil de Cachemira em 1999. Não só tomou uma posição neutral na crise, como desempenhou ainda um papel fundamental enquanto mediador informal, recebendo no seu território visitas dos ministros dos negócios estrangeiros das partes em conflito.¹

Impasses e Progressos nas Disputas Fronteiriças

No âmbito das relações sino-indianas, a questão das disputas na linha de fronteira mostra-se particularmente sensível, tendo estado na origem do conflito de 1962, o qual pôs fim à aproximação no âmbito da política de não-alinhamento do período de Guerra Fria – abordagem simbólica com tradução no célebre “Panch Sheel” ou “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica” e na expressão “Hindi-Chini bhai-bhai”, ou irmandade sino-indiana, promovida por Jawaharlal Nehru e que está na base do tratado bilateral estabelecido em 1954.

Actualmente as reivindicações da Índia dizem respeito a parte do norte de Cachemira - território cedido à China pelo Paquistão - e à região de Aksai Chin. Por seu lado, a China reivindica significativas áreas do Estado de Arunachal Pradesh, localizado no nordeste indiano. Uma vez que não se notam sobressaltos

¹ Sobre a política chinesa nesta questão, ver SINGH, Swaran, “The Kargil Conflict: Why and How of China’s Neutrality,” *Strategic Analysis*, vol. 23, no. 7, Outubro de 1999, pp. 1083-1094.

de maior em ambos os lados da denominada *Line of Actual Control*, prevê-se que nenhuma das partes venha a sentir grande pressão para resolver este diferendo e que o *status-quo* tenda a ser preservado.

No entanto, há que não menosprezar a importância do estabelecimento de um diálogo de segurança entre as duas potências - o primeiro de sempre teve lugar em Março de 2000, na capital chinesa - e o papel que os *joint working groups* sino-indianos possam vir a desempenhar no estabelecimento de medidas ditas de *confidence-building* relacionadas com a questão da fronteira e o seu patrulhamento.

Ocorreram porém significativos progressos noutras questões fronteiriças. A China procurou, desde sempre, intervir junto de Nova Deli para que medidas concretas fossem tomadas no sentido de impedir as “actividades políticas anti-China” do Dalai Lama, a quem Nehru, em 1959, concedeu um asilo político que viria a ser tomado por Pequim como um caso de interferência directa nos assuntos internos da RPC. Ao mesmo tempo, a existência de uma significativa comunidade tibetana residente na Índia, concentrada sobretudo na cidade de Dharamsala, tem reunido simpatizantes e apoios à causa tibetana, entre os quais o antigo Ministro da Defesa indiano Georges Fernandes.

Ora, em 2003, durante a visita oficial à China do então primeiro-ministro Atal Bihari Vajpayee, no âmbito de diversos acordos assinados, a Índia referiu-se pela primeira vez ao Tibete como “Região Autónoma do Tibete” - denominação usada pela própria China. Por seu lado, Pequim reconheceu, de forma implícita, a reivindicação indiana do Estado de Sikkim, junto à fronteira himalaica, ao permitir o acordo de um regime de comércio fronteiriço com as áreas chinesas adjuntas.

Pokram II e a “Ameaça Chinesa”

Desde sempre dominadas por uma rivalidade geoestratégica, as relações sino-indianas têm conhecido porém alguma estabilização desde os

testes nucleares de 1998 - uma resposta indiana à ameaça primária que representa o seu maior rival geoestratégico e que, para muitos analistas, constituiu um significativo retrocesso nas relações entre os dois países.

Entre o período de ocorrência dos testes, de 11 a 13 de Maio, o *New York Times* publica uma carta do primeiro-ministro Vajpayee ao Presidente Clinton, implicitamente fazendo referência à “ameaça chinesa”: *“I have been deeply concerned at the deteriorating security environment, especially the nuclear environment, faced by India for some years past. We have an overt nuclear weapon state on our borders, a state which committed armed aggression against India in 1962. Although our relations with that country have improved in the last decade or so, an atmosphere of distrust persists mainly due to the unresolved border problem. To add to the distrust that country has materially helped another neighbour of ours to become a covert nuclear weapons state. At the hands of this bitter neighbour we have suffered three aggressions in the last 50 years.”*²

A China juntou-se aos restantes membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e dos países do G8 na condenação dos testes, assim como às vozes mais críticas que se levantaram contra a política nuclear levada a cabo por Nova Deli – e igualmente pelo Paquistão. Nesse mesmo ano, uma visita do Presidente Clinton à China resultou na intenção de um maior concertação entre Pequim e Washington nos esforços de não proliferação na Ásia do Sul.

Na verdade, a China saiu valorizada desta situação, apresentando-se mais como potência preservadora do *status-quo* e um membro cooperante da comunidade internacional, do que como a uma emergente potência ameaçadora para a qual a Índia pretendeu alertar. A Índia continua a considerar a China o seu principal rival estratégico a longo prazo, pretendendo alcançar o estatuto de grande potência que esta alegadamente já alcançou. E ainda que sua capacidade militar e nuclear ainda não seja comparável à da China, essa diferença tende a diminuir consideravelmente.

² “Nuclear Anxiety: India’s Letter to Clinton on the Nuclear Testing,” *New York Times*, 13 de Maio de 1998, p. 4

O Desafio da Presença Norte-Americana na Ásia-Pacífico

A nível das parcerias estratégicas que Nova Deli e Pequim têm procurado fomentar com os Estados Unidos, o clima mostra-se igualmente competitivo. Neste caso, o diálogo estabelecido prende-se, em particular, com razões de ordem económica e estratégica e prevê-se que venha a ser reforçado. Não obstante, ambos os países terão sempre tendência a ver nos EUA um parceiro suspeito, dada a sua dominante presença na região da Ásia-Pacífico e as críticas de Washington relativas à aquisição e desenvolvimento de armas convencionais e nucleares.

A este respeito, note-se que, apesar de ter imposto sanções à Índia na sequência do Pokhram II, Washington, contrariamente a Pequim, se mostrou particularmente flexível em relação ao desenvolvimento do programa nuclear indiano. Dificilmente se assistirá ao abandono da sua diplomacia pró-activa para impedir a aproximação entre os dois gigantes asiáticos, seja a nível político, económico ou estratégico. Para muitos, tal facto não constitui mais que um desafio, cabendo assim aos EUA o desempenho de um papel fundamental na dinâmica dos laços sino-indianos.

O Reavivar do “Triângulo Estratégico” China-Rússia-Índia

Especula-se igualmente sobre a possibilidade de um “triângulo estratégico” China-Rússia-Índia. Esta ideia foi sugerida por Primakov em meados da década de 90 e desenvolvida anos mais tarde, em 2001, durante um encontro entre os ministros dos negócios estrangeiros dos três países, na sede da ONU em Nova Iorque. Aos interesses comuns que pretendiam então assegurar – luta contra o terrorismo, multipolaridade e respeito pelos princípios da soberania estatal e da não intervenção aplicados sobretudo aos territórios de Cachemira, Taiwan e Chechénia -, acresce hoje o interesse de cooperação no sector energético.

Actualmente as relações da Índia e da RPC com a Rússia desenvolvem-se sobretudo no campo da segurança e militarização e, em particular, no fornecimento de armamento e sistemas de segurança, sendo que a venda de armas à China e à Índia perfaz um significativo total de 75 a 80% das exportações de armamento russas.

O Comércio como Principal e Imediata Área de Cooperação

Afirmando-se como potências emergentes do século XXI, Índia e China apostam sobretudo em áreas em que um melhor entendimento e cooperação sejam possíveis, permitindo-lhes atingir a tal liderança estratégica que contrarie a actual tendência unipolar. Cientes da dimensão dos seus recursos humanos e materiais e da complementaridade das suas economias, ambos os países deram início a um processo de interacção económica e comercial, que remonta à década de 80. Em 1984, é assinado um protocolo de cooperação económica, no âmbito do qual foi acordado a cada uma o estatuto de nação mais favorecida.

Em Junho de 2000, a visita do então Presidente K.R. Narayanan possibilitou várias declarações políticas, relançando o diálogo de cooperação ao nível da segurança regional e bilateral, mas sobretudo das relações económicas. O aumento considerável no volume das transacções comerciais deu azo ao estabelecimento de vários acordos bilaterais que cobram áreas diversas como as do comércio, educação, concessão de vistos e projectos de desenvolvimento de infraestruturas. Desde então, a crescente cooperação económica tem dado azo a um clima particularmente optimista, em que Nova Deli e Pequim apostam nos seus sectores mais competitivos: tecnologias da informação e *software* para Índia, indústria manufactureira para a China.

Pretende-se que esta cooperação económica tenha como resultado a criação do maior mercado mundial de tecnologias da informação, através, por exemplo, de uma especialização chinesa em termos de *hardware* e indiana no

sector do *software*. A presença da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) joga igualmente como um incentivo para um maior engajamento da Índia nesta abordagem comum que se prevê benéfica para ambas as partes. Esta cooperação emergente anuncia assim uma significativa alteração no equilíbrio dos grandes mercados mundiais.

Nova Guerra-Fria ou Equilíbrio de “Soft Power”?

A Índia tende a considerar o seu vizinho um parceiro, mais que uma ameaça, procurando abandonar o papel reactivo que tem desempenhado para, pelo contrário, fomentar uma diplomacia mais pró-activa nas relações que mantém com a China. Esta, por seu lado, começa a tomar a Índia em maior consideração e este respeito estratégico decerto aumentará caso Pequim se aperceba que os EUA vêm na Índia um contrapeso à influência chinesa na região. É neste sentido que M. Malik, referindo-se às actuais relações sino-indianas como uma “nova guerra-fria”, sublinha, em especial, o papel que a Índia possa vir a desempenhar no novo cenário internacional que se avizinha: *“India might come to occupy the same place in the U.S. security calculus that China had during the U.S.-Soviet Cold War years from 1971 to 1989.”*³

Indianos e Chineses vêm assim as suas Nações enquanto potências emergentes, às quais é devido assim um papel central numa comunidade internacional “policêntrica”. Na verdade, quer a China, quer a Índia manifestam consenso na vontade em modificar o actual quadro institucional internacional, sem, no entanto, chegarem a advogar uma política de revisionismo. Ambas têm procurado desenvolver uma política activa neste sentido, o que passa nomeadamente pela oposição a protocolos internacionais que incidem sobre domínios como os da segurança, direitos humanos, ambiente e política comercial.

³ MALIK, Mohan, “Nuclear Proliferation in Asia: The China Factor,” *Australian Journal of International Affairs*, vol. 53, no. 1, 1999, pp. 39-40.

Espera-se que a eminente visita oficial do primeiro-ministro chinês Wen Jiabao a Nova Deli, de 9 a 12 de Abril, venha a permitir um estreitamento dos laços entre os dois rivais asiáticos, depois de, em Julho de 2003, a ida do então primeiro-ministro indiano Atal Bihari Vajpayee a Pequim ter proporcionado um momento particularmente favorável. Não se prevê porém que a visita de Jiabao venha a alterar a tendência de ambos os países para uma aposta na relação independente que mantêm com os Estados Unidos, em detrimento das suas relações bilaterais. Espera-se sim um reforço da cooperação pragmática que tem vindo a ser particularmente fomentada.

Na generalidade, o desenvolvimento das relações sino-indianas tende antes a ser visto como um contínuo processo de aproximação e afastamento. Prevê-se assim que deste cenário resulte uma espécie de equilíbrio de *soft power*, com as duas potências asiáticas prosseguindo o caminho de uma cooperação pragmática, sem um significativo alinhamento a nível da política externa e de segurança, e contribuindo, desta forma, para a estabilidade e paz regionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRAZIER, Mark; "China-India Relations since Pokhran II: Assessing Sources of Conflict and Cooperation, *AcessAsia Review*, vol.3, nº2, Julho de 2000.

MITRA, Primit & LEFEVRE, Alex; « India & China: Rivals or Partners? », *South Asia Monitor*, nº80, 5 de Março de 2005.

MALIK, Mohan; "Nuclear Proliferation in Asia: The China Factor," *Australian Journal of International Affairs*, vol. 53, no. 1, 1999.

RAMAN, B.; "Sino-Indian Relations: A Chronology," *South Asia Analysis Group Papers*, 23 de Abril de 1999.

SINGH, Swaran; "The Kargil Conflict: Why and How of China's Neutrality," *Strategic Analysis*, vol. 23, no. 7, Outubro de 1999.

New York Times, 13 de Maio de 1998